

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Major Group RELATÓRIO SÍNTESE

Relatório do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Traduzido em português como “grupos importantes”, os denominados *major groups* se fortaleceram após a realização no Rio de Janeiro, em 1992, da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”. A publicação do preâmbulo da Terceira Seção da Agenda 21 é claro em relação ao objetivo principal destes grupos: “avançar na direção de uma autêntica participação social em apoio dos esforços comuns pelo desenvolvimento sustentável”.¹ De acordo com a própria definição da ONU, a institucionalização destes grupos irrompeu nos anos 1990, como efeito da percepção de que os governos eram incapazes de administrar as mudanças em direção ao chamado desenvolvimento sustentável sem a “participação ativa de todos os segmentos da sociedade e tipos de pessoas”.^{2 3}

Todavia, se no início dos anos 1990, os “grupos importantes” apareciam como “parceiros” para a transição das economias do planeta rumo a um desenvolvimento sustentável, nos últimos anos eles foram transformados pela ONU nos principais organizadores da participação da sociedade civil na Agenda política de suas conferências oficiais. Foi precisamente para mapear a produção dos *major groups* durante a realização da Rio+20, que jovens pesquisadores de iniciação científica do projeto *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações planetárias e resistências a sociedade de controle*, produziram relatórios.

¹ <http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/21>

² <http://www.rio20.info/2012/major-groups-2>

³ No texto da Agenda 21, divulgado há vinte anos, os “grupos importantes” receberam capítulos específicos, na seguinte ordem: “Ação Mundial pela **mulher**, com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo”; “A **infância e a juventude** no desenvolvimento sustentável”; “Reconhecimento e fortalecimento do papel das **populações indígenas** e suas comunidades”; “Fortalecimento do Papel das **Organizações Não Governamentais**: parceiros para um desenvolvimento sustentável”; “Iniciativas das **Autoridades Locais** em apoio à Agenda 21”; “Fortalecimento do Papel dos **Trabalhadores e de seus sindicatos**”; “Fortalecimento do papel do **comércio** e da **indústria**”; “A **comunidade científica e tecnológica**”; “Fortalecimento do papel dos **agricultores**”.

Somente um dos escritos analisou a história dos *major groups*, denominação oriunda do redimensionamento das chamadas minorias - como apresentou o *hypomnemata* do Nu-Sol dedicado exclusivamente a problematização da Rio+20 -,⁴ como efeito da adesão de organizações da sociedade civil no chamado Fórum Social Global, evento paralelo a Conferência oficial da ECO-92. Para além de traçar brevemente o itinerário percorrido desde a ECO-92 até a Rio+20, o pesquisador Felipe Costa realizou um extenso mapeamento da organização do grupo relacionado a “Negócios e Indústrias”. Costa mostrou que a participação dos *major groups* na Rio+20 superou as expectativas oficiais, visto que, quase 75% das proposições encaminhadas a ONU tinham como remetentes entidades ligadas aos grupos majoritários.

Edson Passetti já havia afirmado em “Anarquismos e Sociedade de Controle” que se na chamada sociedade disciplinar preponderavam “os lugares, as interações, as criações de poder e as invenções de resistências”; na de controle “predominam os fluxos, as **inovações** e as restaurações visando suprimir as resistências”.⁵ O material selecionado por Costa retirado do site da ONU chama a atenção precisamente para a recorrência da palavra “inovação” na argumentação do *major group* “Negócios e Industrias”. Dentre os quatro itens apresentados pelo grupo como necessários para a transição a uma economia verde estão “inovação social”, “inovação ambiental” e “inovação econômica”. Sob a recorrência desta palavra, o *major group* reforça a argumentação de que no presente as economias do planeta carecem de investimentos financeiros e de tecnologias em desenvolvimento sustentável. E com esta alegação defendem a superação destes empecilhos e a meta para sustentabilidade somente em longo prazo.

⁴ Hyponmenata. Ver em <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=175>.

⁵ Edson Passetti. *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo. Cortez, 2003, p. 273.

Ultrapassando o *major group* e atento aos “inovadores” de plantão na Rio+20, Costa debruçou-se ainda sobre os eventos organizados pelo *TEDx*. Desdobramento do TED, encontros acerca de tecnologia e design realizados na Califórnia na década de 1980, e que compartilhou pelo planeta as ideias de celebridades como Bill Clinton, Bill Gates, Paul Simon, Bono Vox, entre outros convidados, o *TEDx* visa “mais que espalhar ideias e discutir soluções de consumo consciente, economia verde e redução da pobreza (...) promover uma reflexão diferenciada sobre desenvolvimento sustentável, através de uma **inovadora** manifestação de educação não-formal”. Costa elencou os convidados do evento e mostrou a articulação eclética em torno do desenvolvimento sustentável e que agrega desde designers e artistas premiados como Hans Donner e Vik Muniz, dirigentes políticos como Marina Silva até a empresária “indignada” Adriana Gryner que lucra “gerando renda e oportunidade” aos presos do estado do Rio de Janeiro que confeccionam do interior dos edifícios prisionais, bolsas, carteiras, lonas e banners.

A inovação exposta pelo mapeamento de Costa não se restringe somente ao vocabulário do *major group* “Negócios e Indústrias”. Vitor Osório mostra que o grupo que forma as “Autoridades Locais”, isto é, “autoridades locais associadas, comprometidas com o desenvolvimento sustentável” e que representam segundo a própria apresentação do *major group* “um nível de governo mais próximo ao povo”, também reitera a palavra usada excessivamente pelos empresários e gestores de “Negócios e Indústrias”. Formada por mais de 1220 autoridades locais, o *major group* foi fundado em 1990, na cidade de Nova Iorque, visando implementar modelos de *sustentabilidade urbana*. Não por acaso o primeiro presidente da *ICLEI Local Governments for Sustainability*, principal articuladora do “grupo importante”, Jeb Brugmann, é considerado hoje um dos pioneiros no pensamento sobre *estratégias de inovação*. David Cadman, atual presidente da *ICLEI*, participou da instalação *Humanidades 2012*, evento de maior sucesso de público da Rio+20,

arquitetado pela cenógrafa Bia Lessa e patrocinado pela FIESP, Sistema FIRJAN, Fundação Roberto Marinho, SESI-RIO, SESI-SP, SENAI-RIO, SENAI-SP, Prefeitura do Rio, CAIXA, e pelo SEBRAE. Entretanto, Osório analisa como, mesmo sob rubrica democrática, vários dos eventos organizados no interior do grupo “Autoridades Locais”, foram fechados a audiência do público.

Osório aponta que o principal evento organizado pela *ICLEI* na Rio+20 foi o “Global Town Hall”, encontro de compartilhamento de experiências sustentáveis entre administradores de cidades de todos os cantos do planeta. O pesquisador cita alguns destes compartilhamentos como a exposição da delegação chinesa, articulada ao PNUMA, do projeto urbano da cidade de Changsa. A delegação do maior país do planeta explicitou que o projeto para a cidade objetiva a conexão entre resiliência, redução da taxa de carbono e desenvolvimento verde. Entre as exposições de projetos sustentáveis citados por Osório estava a apresentação da prefeitura do Rio de Janeiro. Eduardo Paes, prefeito da cidade, defendeu o sucesso da UPP como estímulo ao desenvolvimento sustentável, visto que, segundo ele, a ocupação das favelas cariocas pretende o “sucesso do envolvimento de comunidades marginalizadas em projetos de desenvolvimento sustentável, através da cooperação entre setores privados, instituições públicas, governo e sociedade civil”.

O trabalho de Vitor Osório assim como o de Felipe Costa mostra um olhar atento para certos embates realizados no decorrer da Rio+20. Todavia, ao deparar-se com a noção de resiliência, Osório poderia ter avançado em problematização baseada na leitura do *Hypomnemata 146*. Nesta edição, específica sobre a Rio+20, o boletim mensal do Nu-Sol expôs como o relatório apresentado na Rio+20, “Povos Resilientes, Planeta Resiliente”, contribuiu e foi uma das procedências para a publicação de “O Futuro que Queremos”, documento oficial da Conferência.

A pesquisadora Mayara Magri também acompanhou o *major group* “Autoridades Locais”. Contudo, ao invés de apresentar um plano geral da

programação dos eventos realizados na Rio+20, a pesquisadora concentrou sua atenção na publicação do documento final da Conferência. Magri apontou como parte significativa das referências as “Autoridades locais” foram procedências diretas do texto da Agenda 21, expondo como o slogan ambientalista “Pensar Globalmente, agir localmente” ainda é recorrente nos dias atuais. Ao descrever o item 72 de “O futuro que queremos”, específico sobre o papel das cidades, mostra como a ONU reclama a promoção de uma abordagem “integrada e holística”, visando atrair para a construção de cidades sustentáveis investimentos que dêem “suporte às autoridades locais, redes de transporte e comunicação eficientes, edifícios mais verdes e um sistema de serviço de entrega e assentamentos humanos eficientes, qualidade de ar e água melhorada, redução de dejetos, uma melhor preparação e resposta para desastres e ampliação da resistência climática”. Diferente da pesquisa de Vitor Osório, Mayara Magri esboçou uma problematização do *major group*, no entanto, apresentou de maneira rápida demais o conteúdo dos documentos e eventos ligados as “Autoridades locais”. Assim como a pesquisador, Thiery Chemalle não apresentou extenso material de pesquisa mas também trabalhou diretamente com o texto final da Conferência divulgado pela ONU. O pesquisador comentou os dez parágrafos presentes em “O futuro que Queremos” procedentes das negociações relacionadas ao *major group* “Trabalhadores e Sindicatos”.

Thiery Chemalle destaca, entre os principais itens do documento final da Conferência, desde reivindicações gerais como “erradicação da pobreza, a criação de trabalhos decentes e produtivos” até a “criação de empregos verdes baseados em investimentos privados em renovação tecnológica e científica; criação de empregos para as populações pobres na área de manutenção e conservação de recursos naturais e biodiversidade e serviços sociais e comunitários”. O pesquisador observa que os sindicatos pouco aparecem nos textos relacionados ao *major group* e nos documentos que dele derivaram. Ao

invés de negligenciar as poucas recorrências, Chemalle analisa que nas poucas vezes em que os sindicatos surgiram como referência foram para se “alinhar e se aliar às empresas e ao Estado dentro das diretrizes sustentáveis objetivando o sucesso das políticas públicas e iniciativas privadas em sua tarefa de prover a população com empregos decentes, produtivos e socialmente justos em empresas ambientalmente conscientes, em empresas sustentáveis”. Thierry Chemalle apresentou uma pesquisa menos acurada que a realizada por Costa e Osório. Todavia, o pesquisador esteve mais atento durante a organização da Conferência, acompanhando de perto a programação do evento por meio de redes sociais como *twitter* e *facebook*.

Em sua análise sobre o ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – a doutora Lucia Soares analisou como desde o início da década de 1990, época da ECO-92, o movimento gay se institucionalizou via ONGs e partidos políticos. Comparada a participação de vinte anos atrás, Lucia Soares mostra como no decorrer de duas décadas a ABGLT tornou-se organização reconhecida, com status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Dentre as atividades propostas pela ABGLT, esteve o ato “Intolerância não se sustenta” e o vídeo “Por um mundo sustentável e inclusivo, sem discriminação e violência”. Reunidos em manifestação pela praia de Ipanema em favor da “liberdade religiosa, combate a intolerância e a violação de direitos humanos”, as principais atividades da ABGLT da Rio+20, segundo Soares, restringiram-se as denúncias de violências sofridas pelos os gays em países em que o denominado homossexualismo é tratado como crime e a celebração, por outro lado, do regozijo com as políticas implementadas em cerca de trinta países que legitimaram a união homoafetiva, isto é, o casamento gay. Soares mapeia a institucionalização do movimento gay mas não a relaciona com o *major group* exclusivo das mulheres. Se na ECO-92, sob a insígnia de “Planeta fêmea” como evidenciou o *Hypomnemata 147*, as mulheres organizaram-se como representantes da sociedade civil, durante a

Rio+20 as “novas reivindicações” foram redimensionadas e “reclamadas às ‘mulheres líderes’, representadas nas figuras da presidente Dilma Rousseff, da primeira ministra irlandesa Mary Robinson e da ex-presidente do Chile e atual presidente da *ONU Mulheres*, Michelle Bachelet”.⁶ Como escancarou o *Hypomnemata*, as mulheres articularam suas reivindicações em busca do chamado *empoderamento das minorias*.

• • •

Dentre os relatórios apresentados, os assinados por Felipe Costa e Vitor Osório são os que apresentam as pesquisas mais acuradas relacionadas aos denominados *major groups*. Contudo, nenhum dos dois pesquisadores esboçou análise do material selecionado. Costa que apresentou o texto “As empresas e a sustentabilidade”⁷ na primeira edição da revista *Ecopolítica*, no qual afirma que as empresas utilizam a “sustentabilidade” como “um conceito ‘frouxo’ tratado de forma rápida e paradigmática”⁸ poderia ter utilizado o material de sua própria pesquisa para problematizar o levantamento que realizou sobre o *major group* “Negócios e Indústrias”. Thierry Chemalle não reuniu o material com a extensão de Costa e Osório, porém, esboçou, mesmo que apressadamente, uma análise do grupo “Trabalhadores e Sindicatos”. Chemalle foi o único dos pesquisadores a acompanhar a “Rio+20” em tempo real por meio das redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter*. Mayara Magri relacionou as procedências dos itens do documento oficial da Conferência relacionados a “Autoridades Locais” com algumas afirmações presentes na Agenda 21. Todavia, o texto é curto, com cortes abruptos, impossibilitando o avanço mais incisivo em análises acerca do *major group*. Lucia Soares apresentou breves considerações

⁶ <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=176>

⁷ Ver em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/viewFile/7660/5608>

⁸ Idem.

relacionadas a captura dos movimentos gays no início dos anos 1990, e sua institucionalização no últimos anos, explicitadas pela incorporação da AGBT pela agenda política da ONU e nas reivindicações articuladas, sobretudo, no direito ao casamento homoafetivo. Contudo, faltou descrição mais meticulosa da programação e dos documentos produzidos durante a Rio+20. Enredada em formação humanista, considerando que as “metas do milênio deveriam tornar-se “metas humanas”, Ariele apresentou o relatório mais breve entre todos os pesquisadores. Entretanto, citou precisamente a passagem que justifica a utilização da palavra convergência como modo de aglutinar a variedade de proposições encaminhadas pelos *major groups* a ONU.

É de se notar que nenhum dos relatórios cita a produção recente do Nu-Sol de análise da Rio+20. As flecheiras libertárias 252, 253, 254, escritas sob o calor dos acontecimentos, tampouco as reflexões presentes desde o *Hypomnemata* 145 ao 147, não aparecem em nenhum dos textos. Para além da ausência da problematização do Nu-Sol, também não há referências a publicações do projeto *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações planetárias e resistências a sociedade de controle*. Como sugestão indicaria a leitura deste material aos pesquisadores que entregaram relatórios, seguida de conversa sobre o material produzido. Para além da sugestão é preciso também realizar o mapeamento dos *major groups* que não foram pesquisados. Não foi entregue nenhum relatório sobre “populações indígenas”, “Organizações Não Governamentais” e “Agricultores”.

Considero importante dar continuidade a pesquisa relacionada aos *major groups*. Se no início da década de 1990, havia a tradução “grupos importantes” para designar as atividades em torno destas organizações, hoje só lemos em documentos e sites o termo *major group* em inglês. Sinal que a tradução não é mais necessária. A cada Conferência da ONU, os *major groups* saem fortalecidos como os grandes “parceiros” dos Estados e governos para implementação da

Agenda política definida pela ONU. Portanto, é imprescindível segui-los de perto, para além, da realização da Rio+20.